

O Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece as crianças e os adolescentes como sujeitos detentores de direitos e em processo peculiar de desenvolvimento. Contudo, ainda encontra-se violação dos direitos desses jovens. Uma das alternativas para prevenir e combater a violação dos direitos está vinculada ao processo de conhecimento que crianças e adolescentes têm acerca de seus direitos e deveres, pois a partir da percepção de que são detentores de direitos, saberão quando os mesmos estão sendo violados. A ciência de seus deveres, por outro lado, promove a responsabilização, estimulando o exercício da cidadania. Porém, será que existe diferença entre a percepção acerca de direitos e deveres de adolescentes moradores da zona rural e urbana, considerando suas diferentes características? Assim, este estudo objetiva investigar o conhecimento sobre direitos e deveres entre jovens moradores da zona urbana e rural da cidade de Alegrete/RS. Participarão 40 estudantes da rede pública de ensino com idades entre 12 a 17 anos, de ambos os sexos, do 7º ano ao 9º ano do ensino fundamental. Serão utilizados o questionário auto-aplicado sobre conhecimentos em direitos e também a realização de grupos focais. O questionário sobre conhecimentos em direitos coletará os dados biossociodemográficos dos participantes e verificará o posicionamento dos participantes com referência aos direitos como liberdade de expressão, proteção ao trabalho, direito à educação, além de averiguar o conhecimento de direitos e deveres. O grupo focal objetivará explorar os sentidos e significados apresentados pelos jovens sobre seus direitos e deveres, adicionando à pesquisa quantitativa dados qualitativos. Os dados quantitativos serão analisados através de testes estatísticos e os dados qualitativos, através do arcabouço teórico da *grounded theory*. Espera-se encontrar diferenças entre os grupos, o grupo urbano apresentando maior conhecimento e ciência da violação de seus direitos do que o grupo que vive na área rural, como também, uma maior ciência dos direitos do que dos deveres. Políticas públicas direcionadas aos jovens poderão ser planejadas a partir dos resultados desse estudo.